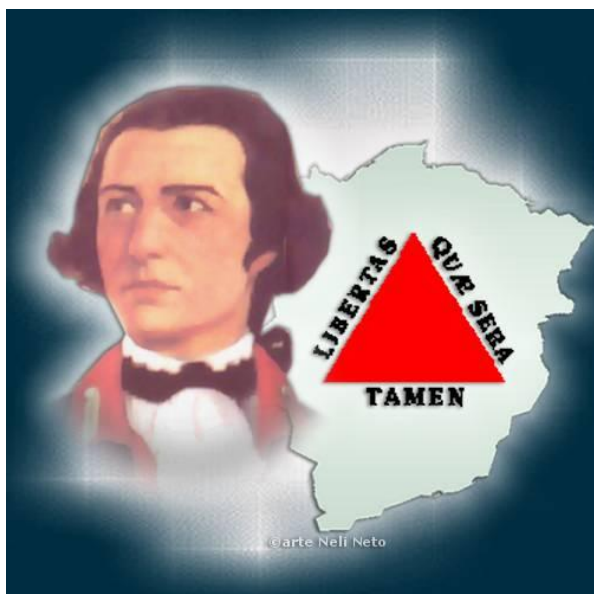


Inconfidentes eram maçons, sugere texto

Cláudia Rezende

Repórter



De tanto que é falado, estudado e comentado o tema Inconfidência Mineira parece já estar exaurido, assim como o ouro de Minas Gerais parecia estar no período em que o movimento ocorreu, em 1789. Mas, da mesma maneira como o metal, de forma inesperada, o assunto recupera o fôlego e mostra que ainda vai exigir mais dedicação dos pesquisadores. Este ano, quando se completam 220 anos da prisão dos inconfidentes, um documento inédito traz de volta o debate a respeito da participação de maçons nas rebeliões coloniais e do papel dos governadores na administração colonial e na repressão dos revoltosos. O HOJE EM DIA teve acesso, com exclusividade, às informações do documento, que foi escrito por um padre, no Maranhão, em 1814, 25 anos depois da Inconfidência.

O autor da descoberta é o professor de História do Brasil na UFMG Luiz Carlos Villalta. Como muitos encontros importantes, esse foi fortuito. Villalta estava no Arquivo Nacional em busca de registros para outra pesquisa que está realizando sobre libertinagem. Procurava por informações sobre o Padre Leonardo Correia da Silva por ter visto passagens interessantes. “Eu já tinha encontrado o padre em duas situações. Uma em que estava envolvido com transporte ilegal de livros. A outra, em uma referência de que ele tinha mandado uma carta de insolência ímpar para o príncipe regente e seu ministro (dom Fernando José de Portugal e Castro)”, lembra.

Até então, Villalta não sabia o que continha de tão grave no documento enviado às autoridades. A carta desencadeou uma ordem de prisão contra o religioso. O segundo documento encontrado, no entanto, não dizia que conteúdo tão grave continha a carta, que fez com que fosse expedida uma ordem de prisão contra o padre. Ele, realmente, foi preso e confinado no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro. Foi desse lugar que escreveu o texto.

Em pesquisa no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, Villalta acabou encontrando o documento enviado para o príncipe regente e o ministro dom Fernando. Só então entendeu porque o texto custou a liberdade do religioso. A carta é altamente agressiva contra as autoridades políticas. De acordo com Villalta, o padre adota a estratégia de atacar para não ser atacado. Como era secretário particular do governador do Maranhão e Piauí, Dom Joze Thomas de Menezes, ele estava envolvido em brigas políticas que ocorriam no Maranhão. Grupos acusavam uns aos outros de corrupção e usurpação do poder. Dom Thomas era um dos investigados. Na facção inimiga, estava o juiz de fora José Luiz da Gama. Já preso, Padre Leonardo se queixa das acusações e do tratamento que ele e dom Thomas estavam recebendo. Então, começa a atacar os inimigos.

Ele lembra os movimentos revoltosos que aconteceram no Brasil anos antes, como as incondições mineira e baiana. Da que ocorreu em Minas, particularmente, ele diz: “A intentada revolução de Minas Geraes não tomaria algum corpo, se quando se achava ainda em embrião não fosse desprezada pelos mesmos, que deveriam dissipalla” (texto original). Notrecho, ele faz crítica direta aos membros do poder político colonial, que teriam sido displicentes ao conter a gestação do movimento.

Texto diz que maçonaria enganava autoridades

O professor Luiz Eduardo Villalta afirma que o padre Leonardo Correia da Silva associava a “eclosão de revoluções à inércia dos governantes”. No caso do movimento ocorrido na Bahia entre 1793 e 1798, ele faz relação com a Revolução Francesa, que teria sido originada entre “jovens afortunados, que, em festas e banquetes, acalentaram o sonho quimérico de imitar os franceses, instalando uma república democrática na Bahia, gente jamais punida, posto que contava com protetores”, destaca Villalta no artigo “Impressos, manuscritos, oralidade e libertinagens no Brasil e em Portugal na virada do século XVIII para o século XIX”, ainda não publicado. Nesse ponto, o professor observa que o padre atinge, diretamente, a autoridade de dom Fernando, que era o governador da Bahia quando a revolta foi organizada.

O padre também diz que a maçonaria estava envolvida nos movimentos revoltosos. De acordo com Villalta, quando ele faz essa acusação, não deixa explícito em quais revoltas havia maçons, mas deixa subentendido que seriam as de Minas e Bahia. Para o religioso, as autoridades eram enganadas pela maçonaria, que se revestia de caráter filantrópico. “Vivia-se, enfim, segundo o padre Leonardo, em ‘tempos, e paizes onde a decantada mansidão, e humanidade dos Pedreiros Livres (maçons) quer que os crimes de rebelião, e desenvoltura de seus sócios fiquem sem castigo[5]’.

Nesses tempos, continuava Leonardo, os maçons, ‘depois de entregarem os Príncipes aos patíbulos, às abdições, aos captiveiros, e às emigrações, não querem averiguar as cauzas destes fenomenos políticos porque estão mui contentes com os seus efeitos’, dizendo ‘que a philantropia do Seculo/ isto he do Seculo Napoleônico/ aborrece a effusão de sangue, e que os governos devem ser mansos, e pacíficos em suas deliberações’[6]”, destaca trecho do artigo de Villalta.

Embora estivesse no Maranhão e afastado 25 anos da Inconfidência Mineira, o padre tinha estreita relação com os mineiros. Ele era homem de confiança do então governador do Maranhão e Piauí, Dom Thomas Joze de Menzes, que era filho do governador de Minas Gerais, Dom Rodrigo de Menezes. De acordo com Villalta, ao que parece, Dom Rodrigo tinha conexões com os inconfidentes, o que foi demonstrado com a homenagem que o inconfidente Alvarenga Peixoto fez a ele com o “Canto do Genetlíaco”, em que exalta Dom Thomas Joze de Rezende quando nasceu. O filho do governador seria um ser humano diferenciado, uma promessa para a humanidade, no canto do inconfidente.

Conforme o professor, o documento assinado pelo padre pode ser considerado um indício da participação da maçonaria no movimento mineiro. “É muito difícil provar a participação de maçons porque era uma organização muito secreta”, observa. Segundo ele, o texto do religioso traz três pontos importantes a respeito da conspiração. Uma delas é o destaque dado à maneira suspeita com que as autoridades agiram na devassa da Inconfidência, de forma a proteger algumas figuras. Esse aspecto já havia sido abordado por historiadores. Outro ponto é que os movimentos surgiram muito em função de divisões políticas na colônia e nem tanto por ideologia. Por fim, o texto também mostra o envolvimento das autoridades políticas com usurpação e corrupção.